

DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS E O DESAFIO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: O CASO DAS OCUPAÇÕES DOS BEIRA-TRILHOS E O DIREITO À MORADIA EM ERECHIM

ÉRICO JONATAN OLIVEIRA
DE LIMA¹

MARVIN DAVI ROJESKI²

JUÇARA SPINELLI³

INTRODUÇÃO

As ocupações urbanas no Brasil surgem como resultado das contradições promovidas pelo sistema capitalista nas áreas urbanas. Essas contradições tornam a urbanização um dilema de classes, decorrente da apropriação possessiva do espaço urbano, o qual concentra o desenvolvimento econômico em espaços valorizados. Para superar essa situação, é necessário um poder coletivo capaz de transformar a produção do espaço urbano em lugares onde os direitos humanos não sejam negligenciados (HARVEY, 2012). Nesse sentido, os movimentos sociais desempenham um papel fundamental na luta por transformação, buscando uma economia mais equitativa nos espaços urbanos. Isso pode ser alcançado através da implementação efetiva da reforma urbana, que promove políticas públicas e ações que minimizem as desigualdades socioespaciais e a segregação socioespacial.

Esses dilemas urbanos, como as desigualdades socioespaciais e a segregação socioespacial, têm raízes antigas na sociedade, podendo ser observados nas cidades gregas, romanas e chinesas, onde já existia a fragmentação do espaço urbano e a divisão de classes sociais (NEGRI, 2008). Nas cidades modernas, a partir de meados de 1950, a elite dominante

¹ Graduando do curso de Geografia Licenciatura pela Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Erechim, bolsista IC/FAPERGS – (Edital FAPERGS nº 01/2022) - programa institucional de bolsas de iniciação científica e de iniciação tecnológica e inovação/Edital nº 89/GR/UFFS/2022 - Projeto de pesquisa “Ofertas imobiliárias, planejamento urbano e desigualdades socioespaciais em Passo Fundo” (PES-2022-0295) Membro do NETAP – Núcleo de Estudos Território, Ambiente e Paisagem, contato: ericojonatan77@gmail.com.

² Graduando do curso de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, *campus* Erechim, bolsista de Extensão – UFFS (Edital nº 35/GR/UFFS/2021), do projeto de extensão “A cidade de Erechim no século XXI: adensamento, expansão e dinâmica imobiliária – Repensando a região e a cidade (3ª edição)”. Membro do NETAP – Núcleo de Estudos Território, Ambiente e Paisagem, contato: marvinrojeski@outlook.com

³ Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professora da UFFS, *campus* Erechim, coordenadora dos projetos e orientadora. Membro do NETAP – Núcleo de Estudos Território, Ambiente e Paisagem, contato: jucara.spinelli@uffs.edu.br.

CINQUENTENÁRIO DO FALECIMENTO DE JOSUÉ DE CASTRO

responsável pela produção do espaço, em especial o mercado imobiliário, adotou estratégias que alimentam a segregação socioespacial. Uma dessas estratégias é a relação de poder, na qual o mercado imobiliário busca influenciar o planejamento urbano em benefício próprio, estabelecendo uma estreita relação com os agentes políticos (VIEIRA, 2005). Essa dinâmica garante que seus projetos de alto padrão tenham investimentos em infraestrutura assegurados pelo Estado.

Enquanto os incorporadores imobiliários usufruem dos investimentos públicos, a população de baixa renda vive em áreas suburbanas. Essas contradições urbanas impulsionam os movimentos sociais a lutar pelo direito à moradia, à cidade, ao emprego e a diversos outros direitos que são violados nos espaços ocupados. No entanto, para os capitalistas, essa situação não é suficiente, pois é necessário acumular capital para se manter e crescer. Assim, surgem novas contradições, reproduzindo o espaço urbano por meio da supervalorização dos terrenos nas áreas centrais e em locais exclusivos (CARLOS, 2015). Isso resulta em um ciclo vicioso que nega o direito à cidade para os mais vulneráveis. A valorização dos terrenos não apenas eleva o preço das habitações, mas também dos aluguéis, desencadeando uma reestruturação urbana que muitas vezes gera transformações no espaço intraurbano. A obra de Spinelli (2021) analisa o fenômeno da concentração de terras agrícolas em Passo Fundo/RS, com o objetivo de promover a produção de monoculturas, como soja, aveia, cevada e trigo. Esse processo envolve altos investimentos em máquinas tecnológicas e parcerias com o Estado. Paralelamente, o mercado imobiliário também recebe atenção especial por parte das autoridades municipais, especialmente em relação aos grandes empreendimentos. No entanto, esse modelo de desenvolvimento tem gerado um crescente déficit habitacional na cidade, o que pode ser uma das justificativas para a existência de mais de 50 ocupações irregulares. Embora a análise de Spinelli se concentre em Passo Fundo, é relevante considerar uma análise semelhante para a cidade de Erechim, a fim de compreender a dinâmica dos agentes produtores do espaço urbano. No entanto, é importante ressaltar que esse não é o foco principal deste trabalho, mas é essencial destacar os processos de reestruturação urbana, pois eles contribuem para a reprodução da cidade de acordo com os moldes do sistema capitalista.

O objetivo central deste estudo é informar o leitor sobre a situação da ocupação denominada Beira-trilhos, que há mais de duas décadas luta pela regularização do local. Recentemente, a Prefeitura de Erechim promoveu um curso gratuito sobre regularizações urbanas, especialmente direcionado aos servidores públicos que atuam na Secretaria Urbana. A

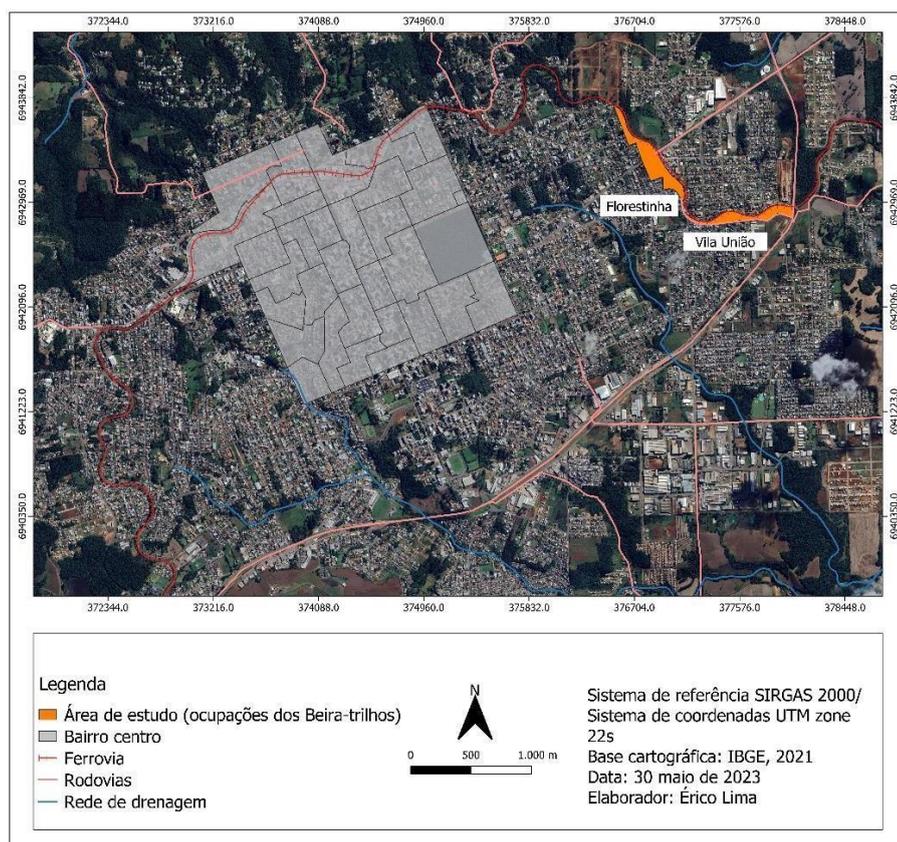
CINQUENTENÁRIO DO FALECIMENTO DE JOSUÉ DE CASTRO

realização desse curso oferece uma oportunidade de reflexão sobre as estratégias e ações adotadas pelo poder público para solucionar esse dilema que persiste há muitos anos.

METODOLOGIA

Nosso foco de pesquisa foi a ocupação dos Beira-trilhos, localizada nas proximidades da Vila União (Figura 1). Ao entrar em contato com os moradores locais, por meio de diálogos, coletamos informações sobre a situação da ocupação. Além disso, realizamos atividades de observação, anotações e registros visuais do local. Para essa investigação, adotamos uma abordagem metodológica qualitativa e exploratória.

Figura 1: Recorte da área de estudo



Fonte: Os autores, 2023.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com dados da Secretaria de habitação do município, as ocupações dos Beira-trilhos existem há mais de vinte anos na região, inicialmente abrigando mais de 206 famílias (FACCIO, 2011). Atualmente, o local abriga mais de 500 famílias, o que indica um crescimento

CINQUENTENÁRIO DO FALECIMENTO DE JOSUÉ DE CASTRO

significativo e revela uma expansão desordenada da cidade, além da falta de políticas públicas efetivas para lidar com essa situação. Em relação à organização espacial de Erechim, pode-se argumentar que a cidade não tem priorizado os investimentos públicos em habitações populares, apesar da relevância do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV que ainda não abrange muitas famílias nessas áreas. Devido a burocratização da documentação e a falta de uma renda mínima para realizar o cadastro. Segundo Faccio (2011), apenas uma pequena parcela dos beiras-trilhos conseguiram ingressar no PMCMV, e isso só foi conquistado depois de várias audiências e discussões, com o apoio dos Movimentos Atingidos por Barragens – MAB e o Movimento Popular – MPU que foram fundamentais para mobilizar a comunidade a lutar pelos seus direitos.

Analisando o espaço, a maior problemática reside na falta de regularização, que impossibilita os ocupantes de obterem a posse legal do terreno e da habitação. Além disso, persiste o preconceito arraigado contra os moradores. Embora o local tenha acesso a transporte público e grande parte das ruas esteja calçada e asfaltada, ainda há aspectos relacionados à segurança que precisam ser melhorados, como por exemplo, a iluminação pública, são as situações que a comunidade se encontra no momento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das ocupações dos Beira-trilhos e das problemáticas socioespaciais que envolvem o direito à moradia e à cidade, bem como a regularização fundiária, podemos refletir sobre a urgente necessidade de políticas públicas efetivas e ações que promovam a inclusão social e a garantia dos direitos humanos. Segundo Lefebvre (2001), a moradia e o espaço urbano são componentes essenciais para a construção de uma sociedade mais justa. Lefebvre (2001) enfatiza a importância de transformar a cidade em um espaço de vivência plena, no qual os direitos de todos os cidadãos sejam respeitados. Nesse contexto, a luta pelo direito à moradia e à cidade é fundamental para buscar uma urbanização mais democrática e igualitária. David Harvey (2005), por sua vez, destaca a necessidade de repensar a distribuição desigual do espaço urbano e os processos de gentrificação. O autor enfatiza também, que a cidade deve ser um espaço de encontro, diversidade e convivência, e não apenas um cenário de segregação e exclusão.

CINQUENTENÁRIO DO FALECIMENTO DE JOSUÉ DE CASTRO

A expansão desordenada das ocupações ao longo dos anos demonstra a falta de investimento público em moradias populares, evidenciando a ausência de uma política habitacional consistente que atenda às necessidades das famílias humildes de baixa ou sem renda.

A questão da regularização fundiária também se apresenta como um desafio importante. A falta de registro legal das ocupações dos Beira-trilhos não apenas dificulta o acesso aos serviços públicos e infraestrutura adequada, mas também contribui para a perpetuação do preconceito e da exclusão social enfrentados pelos moradores. Nesse contexto, é fundamental buscar soluções que garantam a segurança jurídica dessas ocupações e promovam a regularização dos terrenos e das habitações, proporcionando condições dignas de moradia.

REFERÊNCIAS

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. In: **Crise Urbana**. São Paulo: Contexto, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/96689>. Acesso em: 31 mai 2023.

FACCIO, Ana Júlian. Segregação e exclusão social: o caso dos beira-trilhos em Erechim/RS.

Para Onde!?, v. 5, n. 1, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1982-0003.25985>. Acesso em: 31 mai 2023.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, n. 29, p. 73-89, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/ls.v0i29.18497>. Acesso em: 29 mai 2023.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução de Stella R. do Nascimento e Paulo C. do Nascimento. São Paulo: Annablume, 2005.

NEGRI, Silvio Moisés. Segregação sócio-espacial: alguns conceitos e análises. **Coletâneas do nosso tempo**, v. 8, n. 08, 2010. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/coletaneas/article/view/108>. Acesso em: 28 mai 2023.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

SPINELLI. Juçara. **Mercado Imobiliário e Desigualdades Socioespaciais**. Curitiba: Appris, 2021.

VIEIRA, Alexandre Bergamin. **O lugar de cada um: indicadores sociais de desigualdade**. 2005. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2005. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/96689>. Acesso em: 31 mai 2023.